

O risco de cada um

Everyone takes their chances

André Martins¹

COSTA, Jurandir Freire. *O risco de cada um: e outros ensaios de psicanálise e cultura*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. Resenha de: MARTINS, André. *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*, Rio de Janeiro, ano 30, n. 21, 2008.

Este novo livro de Jurandir Freire Costa, Professor Titular de Saúde Coletiva do IMS/UERJ e Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, reúne oito artigos escritos em épocas diversas e sob demandas diversas, alguns já publicados em revistas ou coletâneas, outros inéditos. Boa parte deles retoma questões presentes em escritos de Jurandir dos anos 90 focados sobre a relação entre a pragmática da linguagem e a psicanálise. O interesse de Jurandir pela pragmática da linguagem data, relata o próprio autor ao final do livro, de 13 anos atrás. Sua relação com este campo do saber filosófico, como não poderia deixar de ser, em se tratando deste autor, não é de passividade ou submissão, mas de diálogo e criação. Jurandir busca nos trabalhos deste campo, como em outros trabalhos “exteriores à psicanálise” – tais como a fenomenologia do corpo, de Merleau-Ponty, a psicologia ecológica de Gibson e Edward Reeds ou a filosofia de Nietzsche – instrumentos conceituais que o ajudam a explicitar e reelaborar – ou redescrever – o que vê na teoria e na clínica psicanalíticas. Em suas

1. Filósofo e psicanalista, associado ao Fórum do CPRJ

Cad. Psicanál., CPRJ, Rio de Janeiro, ano 30, n.21, p.343-348, 2008

palavras: “A pragmática continua a me interessar, mas não deixa de ser o que sempre foi: um meio de elucidar problemas psicanalíticos passíveis de investigação pela via da análise de teorias da verdade sobre crenças psicológicas. Se isso não for necessário, não vacilo em substituí-la por outros saberes mais afinados com meus propósitos. [...] Mas, repito, todos esses saberes são coadjuvantes em um enredo teórico cujo personagem central foi e continua sendo o sujeito psicanalítico.” (p.192)

Ler este livro de Jurandir – como os anteriores aliás – nos presenteia com a estimulante e encorajadora sensação de que estamos diante de um pesquisador no sentido forte do termo, de um investigador, que ao invés de encaixar seu pensamento naquilo que ‘pode’ ser dito segundo a micro-ortodoxia contingente atual, ousa pensar, argumentar o que pensa, e correr riscos, como o título do livro assume. Riscos tanto no sentido da crítica, pertinente ou não, quanto, ou talvez sobretudo, no sentido existencial, pois pensar é refazer nossa própria existência – como em diversas passagens do livro Jurandir nos lembra, como quando diz, interpretando Winnicott, que a presença do outro obriga-nos a explorar “a força criativa que leva o sujeito a reinventar, de forma permanente, a si mesmo e ao mundo” (p.96).

Dentro desta ousadia de pensar o novo e questionar idéias dadas, o ensaio inédito que dá nome ao livro, ‘O risco de cada um’, enfrenta a questão da religião, de modo preliminar ao futuro livro que Jurandir prepara sobre o tema, tal como anuncia ao final do livro – a partir de estudos que desenvolve atualmente, apresentados em seus seminários no IMS e em um curso oferecido no CPRJ. A base inicial de sua análise crítica sobre as críticas psicanalíticas à religião, seja a de Freud em *O futuro de uma ilusão*, seja a recente crítica de Zizek em *On Belief*, é a teoria pragmática das teorias da verdade. Tanto um quanto outro, argumenta Jurandir, vêem na religião uma forma de subterfúgio fantasioso diante de uma dificuldade do homem em suportar a realidade, o que vale dizer, em suportar sua própria impotência diante das forças externas – ou ainda, em aceitar a castração. Seja a realidade da repressão sexual, da dor e da morte, seja a realidade da tensão estressante da dinâmica capitalista. Para aquela, o catolicismo, para esta, o ‘budismo ocidental’, na expressão de Zizek: “O catolicismo conservador era [segundo Freud] a *ilusão* que permitia ao sujeito escapar da realidade da castração e da morte; o espiritualismo budista ou taoísta é [segundo Zizek] a *ilusão* que se converte em *realidade* e torna a realidade *ilusória*” (p.131). Jurandir lembra que “nenhum sistema de pensamento ou visão de mundo pode se vacinar contra eventuais usos contrários às intenções de seus criadores” (p.132), e que a psicanálise teria o mau hábi-

to de, considerando-se não ser uma visão de mundo – contrariamente ao texto freudiano, aliás, que considera que a visão de mundo da psicanálise é a mesma da ciência –, autorizar-se a dizer que a religião é sempre e necessariamente “um sintoma”. “Muitos crentes, com certeza, usam crenças religiosas como defesa contra os infortúnios da vida”; para outros, porém, a religião “é um fato primário, que serve de fundamento aos sentidos precários e contingentes da existência humana” (p.133). Ela seria assim, nos termos de Davidson, “uma teoria de verdade”, tanto quanto a ciência ou a teoria psicanalítica; “é uma visão de mundo e não um erro cognitivo ou um desvio afetivo”. “Cada crença tem seu jogo de linguagem”, lembra, nos termos de Wittgenstein. A ciência tomada como verdade da natureza, não é mais científica, torna-se cientificismo; trata-se, segundo William James, de “uma escolha ‘passional’ ancorada na realização de desejos”, “na adesão emocional ao valor” de sua respectiva visão de mundo (p.136). James põe então a questão nos termos adotados por Jurandir como título do ensaio e do livro: “O positivista diz que ‘é melhor correr o risco de perder a verdade que ter a chance de errar’”, no sentido de que, para o cientificista, a opção emocional de apenas crer naquilo que é comprovado pela ciência atual, é uma forma de medo da investigação, da compreensão, e sobretudo da experiência; uma forma de reduzir o leque de possibilidades experienciais e cognitivas, como asseguramento de que ele circulará apenas no que já lhe parece estar sob controle. Algo como viver no *shopping* ao invés de aventurar-se por aí. Uma maneira de abrir mão da verdade, por medo de errar – talvez no sentido tanto de medo de uma atividade ou existência errática, quanto do contrário de uma existência correta, o certo sendo assim o que é previamente seguro. Enfim, a cada um de assumir “sua própria forma de risco” (p.138).

Como vimos, a crença na ciência recai com facilidade no mesmo limitante refúgio contra a afirmação da realidade que ela criticava na religião. Podemos entender que o que está em questão não é ‘a religião’ ou ‘a ciência’, como se elas fossem substâncias, entidades idênticas a si mesmas, termos que se referem a um referente dado, a um objeto em si. Trata-se, sim, de *experiências*. Ou, em termos de Nietzsche, de vivências estéticas. Tanto em um como em outro universo, e a psicanálise não escapa disso, é possível que nossa experiência seja de encontrar ali uma defesa contra a existência, como, ao contrário, uma forma de vivificá-la – ou, como diria Nietzsche, embelezá-la.

Neste sentido, Jurandir diferencia dois tipos de experiência subjetiva, que estariam na origem destas duas formas de vida, seja na ciência seja

na religião. Uma, da qual a psicanálise seria em grande parte herdeira, e que se refletiria na visão de Freud e de Žižek sobre a experiência religiosa, seguiria os passos do reducionismo fisicalista, segundo o qual, retomando a descrição de Dewey, haveria “de um lado organismos singulares falantes e de outro fatos brutos naturais ou culturais, os últimos *agindo* sobre o primeiro que *reage* com vistas a recompor o equilíbrio anterior afetado pela ação externa” (p.140). Porém, contra-argumenta Jurandir, “a experiência humana não é um fenômeno passivo”, “é uma interação constante entre coisas, estados de coisas e eventos, na qual os organismos humanos ‘não são só e apenas reativos’”. Mas o “pressuposto da leitura psicanalítica” é o de que “ou tentamos retornar ao que éramos antes de sermos afetados ou realizar, recuperar ou restaurar as novas necessidades, desejos ou impulsos criados pelos objetos que nos afetaram.” “A imagem da religião como reparação ilusória de perdas ou ameaças de perdas” viria desta concepção do sujeito. Em outras palavras, a partir desta experiência subjetiva, torna-se de fato difícil conceber uma outra experiência pela qual cada indivíduo, por experimentar a vida numa perspectiva diferente e única, tem sempre “algo distinto a dar aos outros”, sendo assim capaz de trazer novas interpretações para a realidade partilhada, se puder transmitir suas experiências aos demais. Nas palavras de Dewey: “Cada indivíduo que vem ao mundo é um novo começo; o universo ele mesmo tem, por assim dizer, um novo ponto de partida nele e tenta fazer algo novo, mesmo em pequena escala, de um modo que nunca fez antes” (p.141). A experiência religiosa, conclui Jurandir, pode ser a experiência de “uma ação criativa particular”. Ideais, neste sentido, não precisam ser idealizados ou idealizadoras; podem ser “o que dá sentido à ação renovadora das experiências subjetivas”, singulares, novas, criativas. A experiência religiosa, enfim, não é necessariamente a da “religião do sujeito impotente e desamparado”, mas ao contrário, pode ser a experiência de um sujeito “que renova a si mesmo” (p.142).

Um outro artigo do livro, *Criatividade, transgressão e ética*, anteriormente publicado numa coletânea do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos, organizada por Carlos Plastino, esclarece preciosamente, com a ajuda de Winnicott, a posição de Jurandir. Enquanto para Freud “a criatividade é uma espécie de tentativa de contornar a pressão dos impulsos”, para Winnicott “a realidade só é traumática se vier a perturbar o sentimento de ‘continuidade da existência’ do sujeito” (p.94), “que não é restabelecida apenas pela repetição, fantasiada ou real, da satisfação das demandas pulsionais, como na teoria freudiana”. Como “a continuidade da existência, no adulto, não pode existir de forma simbiótica, sob pena

de lesar gravemente a independência do indivíduo”, “o não-Eu, em sua resistência ao Eu”, força a continuidade da existência a surgir “como um movimento ativo, como uma força que se impõe ao mundo e manifesta a potência criadora do sujeito” (p.95). Nas palavras de Winnicott, a criança tem, assim, a “necessidade de um objeto externo que não seja, apenas, um objeto que lhe dê uma satisfação [erótica]” (p.96). Ou seja, o outro não lhe impõe limites apenas, mas sobretudo o leva a expressar sua própria potência de agir, “obrigando-a a explorar a impulsividade vital”. “A realidade, em Freud, é marcada pela falta do objeto do desejo ou, o que dá no mesmo, pela interdição do acesso ao ato das pulsões parricidas ou incestuosas; em Winnicott, é o estímulo necessário à expressão da *criatividade ou agressividade originais*, encarregadas de preservar o sentimento de continuidade da existência.” A realidade intermediária – o espaço potencial, pelo qual vivenciamos fenômenos transicionais – é expressão da própria existência do indivíduo, no sentido de que pela criatividade ele não está nem submisso a uma realidade externa supostamente verdadeira à qual deve se curvar, nem a uma suposta realidade interna da fantasia ou do delírio. O espaço potencial ou a realidade intermediária, é, citando Winnicott, “o lugar no qual vivemos” (p.97); é a realidade partilhada no que diz respeito à nossa experiência, quando podemos ser criativos nela, trazendo-lhe contribuições singulares, tal como descrevera Jurandir nas palavras de Dewey supracitadas. Trata-se do brincar, ou da ‘ilusão’ no sentido de Winnicott – nas palavras deste, “aquela que é permitida à criança e é própria à arte e à religião na vida adulta” (p.97). A religião, tal como a arte e a cultura de um modo geral, tem a função de ser um lugar fundamental e imprescindível de criação e renovação “destinado a restaurar o sentimento de continuidade da existência ameaçado pelas falhas inelutáveis do ambiente materno e seus substitutos na vida adulta” (p.98).

Fica claro assim que o preconceito contra a religião, ou contra a arte ou a cultura, tomada como um objeto dado, como se permitisse uma única experiência psíquica, este sim se mostra defensivo, em alguns casos talvez até mesmo maníaco. O principal do trabalho de Jurandir não é, assim, o de defender a religião, mas, antes e sobretudo, o de defender “nossa liberdade mental”, ameaçada por vezes por nós mesmos quando mais nos julgamos esclarecidos. Em todos os artigos deste livro, como lhe é de hábito, Jurandir nos convida a assumir a ousadia de pensar livremente, sem ameaças, tácitas ou não, de não se estar fazendo psicanálise, de se estar pensando o que ‘não pode’, o que ‘não é aceito’ por tal ou tal teoria da verdade. Sua proposta não é defender a escolha por esta ou aquela forma de vida, mas

de nos encorajarmos a correr o risco de não nos enquadrarmos de maneira rígida em nenhuma delas, assumindo nossa condição de singularidade criativa e transformadora.